

O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC: ANÁLISES E REFLEXÕES NA PERSPECTIVA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO

THE NATIONAL PACT FOR LITERACY IN THE RIGHT AGE – PNAIC: ANALYSES AND REFLECTIONS IN THE PERSPECTIVE OF ALPHABETIZING AND LITERACY

João Paulo Santos de Souza¹

Lívia Silva Seixas²

Elzímária Ferreira Jordão Almeida³

Universidade do Estado da Bahia

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar e traçar uma reflexão sobre o programa do governo voltado para a educação, o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) discorrendo sobre as quatro propostas que o pacto discute acerca da importância da alfabetização, levando em consideração seus processos de aprendizagem e as diferentes demonstrações do conhecimento. O construto metodológico trata-se de um estudo de revisão da literatura, tendo como eixos teóricos norteadores os estudos de Emília Ferreiro e Magda Soares, além de outros autores representativos da temática. Pretende-se fazer aqui uma abordagem sobre a alfabetização, sendo retratado qual é o importante papel do professor no processo de alfabetização e letramento, pois o aprendizado dependerá essencialmente das instruções e da metodologia utilizada pelo educador, que se destacam como atores e protagonistas importantes neste processo de inclusão das crianças no seu direito a aprendizagem, que além de desenvolver a leitura e a escrita pode desenvolver no indivíduo uma visão crítica e integrada sobre o processo de escolarização. No caminhar do artigo, abordaremos uma reflexão das práticas pedagógicas tomando como base o tempo e espaço escolar, a partir de um currículo inclusivo que permitirá a todas as crianças o direito à aprendizagem, valorizando as cargas de conhecimento desenvolvidas por cada aluno (identidade social e pessoal), proporcionando a integração entre os componentes curriculares e uma organização pedagógica que respeite as particularidades e riquezas de cada área do conhecimento, com o objetivo final de tornar as crianças alfabetizadas e letradas dentro de cada contexto social na qual as escolas estão inseridas.

Palavras-Chave: Alfabetização; Leitura; Programas governamentais.

ABSTRACT: This article aims at analyzing and drawing a reflection on the government's education program, the PNAIC (National Pact for Literacy in the Right Age), discussing the four proposals that the pact discusses about the importance of literacy, taking into account their learning processes and the different demonstrations of knowledge. The methodological construct is a review of the literature, having as theoretical axes the studies of Emília Ferreiro and Magda Soares, as well as other authors that are representative of the theme. It is intended to make an approach to literacy here, portraying the important role of the teacher in the process of literacy and literacy, because learning will depend essentially on the instructions and methodology used by the educator, who stand out as important actors and protagonists in this process of inclusion of children in their right to learning, which

1 Mestrando Profissional em Educação e Diversidade, Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Salvador, Brasil.

2 Graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2008) e especialista em Gestão Ambiental e Sustentabilidade pelo Instituto Brasileiro de Pós - Graduação e Extensão - IBPEX/FACINTER

3 Graduada no curso De Licenciatura Plena Em Geografia pela UNEB

in addition to developing reading and writing can develop in the individual a critical and integrated view on the schooling process. In the course of the article, we will consider a reflection of pedagogical practices based on school time and space, based on an inclusive curriculum that will allow all children the right to learn, valuing the loads of knowledge developed by each student (social identity and personal), providing the integration between the curricular components and a pedagogical organization that respects the particularities and riches of each area of knowledge, with the ultimate objective of making children alphabetized and literate within each social context in which the schools are inserted.

Keywords: Literacy; Reading; Government programs.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), partindo de uma perspectiva em que as dificuldades encontradas pelos indivíduos no processo de alfabetização e letramento são latentes além da importância em respeitar cada criança e suas fases no processo de aprendizagem. Cada indivíduo quando criança traz consigo experiências concretas e cargas de conhecimentos adquiridas no eixo familiar e nos meios sociais nos quais estão inseridos, e para que estas experiências façam parte do processo de aprendizagem, os professores se sentem desafiados em contextualizar suas práticas em sala de aula.

O artigo também traz uma reflexão sobre a importância dos aspectos da prática educacional nas escolas. Durante o processo de alfabetização e letramento das crianças na idade certa, as relações estabelecidas com a história e com os espaços e as demandas sociais que surgem de acordo as diversidades de cada espaço com vistas ao aprimoramento da docência e das aprendizagens.

Percebe-se a necessidade de compreender a aproximação dos espaços de formação (escola, comunidade e família), na busca pela construção de um currículo nas práticas educativas, através da integração dos componentes curriculares que proporcionam às crianças a oportunidade de aprender de forma criativa e próxima de suas realidades locais. Nos espaços escolares que estão inseridos, a agregação de valores é efetiva na atuação do processo de construção e fortalecimento da alfabetização e letramento das crianças. Afinal, é preciso considerar que as práticas de ensino são fortemente marcadas pelo princípio da homogeneidade e da transmissão unilateral do saber, que podemos mudar a partir das nossas práticas em sala de aula.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo sobre o construto metodológico trata-se de uma revisão bibliográfica tendo como eixos teóricos norteadores, os estudos de Emília Ferreiro e Magda Soares, além de outros autores representativos da temática. A Revisão bibliográfica é um importante instrumento metodológico de pesquisa nas grandes áreas de conhecimento, principalmente na área de educação.

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, segundo Minayo (2010) a pesquisa qualitativa ocupa em investigar uma realidade que não pode ser quantificada. Minayo (2010) reforça:

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2010, p.22).

A pesquisa qualitativa também é abordada por Santos Filho e Gamboa (2009), como descritiva, interpretativa e circular porque não há um começo absoluto nem um ponto final. A base filosófica positivista e realista com linguagem real não neutra é semelhante a do dia a dia,

Para ancorar as considerações iniciais, será discutido sobre o processo de alfabetização e letramento. A seguir será tratado sobre a proposta do governo voltada para a alfabetização e o letramento na idade certa de acordo com o PNAIC.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Alfabetização

A alfabetização surgiu a partir de uma necessidade de leitura, escrita e de comunicação, e para que as novas gerações dessem dar continuidade a essas transmissões de conhecimento foi necessário alfabetizá-los. Para Cagliari (1998, p. 15), o processo de invenção da escrita permitiu ao leitor decifrar códigos e a usá-los de forma apropriada. No decorrer do tempo surgiu à necessidade de ensinar à escrita e a leitura para as próximas gerações, no qual, foi necessário criar as regras para a alfabetização.

Para se chegar à fase da alfabetização foi necessário seguir algumas etapas. Segundo Ferreiro e Teberovsky (1944), para que o indivíduo possa aprender a ler e a escrever é imprescindível transitar por quatro fases: pré-silábico; silábico; silábico-alfabético e alfabético.

- Fase pré-silábica: os discentes inicialmente não distingue o desenho da escrita, denominada a fase dos rabiscos e dos traços;
- Fase silábica: já se inicia as primeiras letras, a criança já consegue identificar as sílabas;
- Fase silábico-alfabético: é uma fase marcada pela a escrita e a sonoridade das vogais;
- Fase alfabética: a criança começa a perceber diferença entre os sons das letras e a escrita, já reconhecem frases e distinguem palavras.

Um indivíduo alfabetizado é aquele que consegue ler e escrever. Podemos definir a alfabetização segundo Val (2006, p. 19), [...] “como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia”. A alfabetização consiste no domínio da escrita e da sonoridade que envolve tanto a fala quanto o reconhecimento das letras.

O processo de alfabetização não precisa ser propriamente adquirido somente na escola. Para Ferreiro (1996, p.24), “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas, as práticas, assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças”. Ainda segundo Ferreiro

(1999, p.23), há crianças que vislumbram que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, importantes. O indivíduo têm uma interação e uma possibilidade maior com o fato da existência da língua escrita, pois começam a ser alfabetizadas antes da sua idade escolar. Por outro lado, o indivíduo que não tem direito a uma educação igualitária, de qualidade, inclusiva, precisa da escola para apropriar-se da escrita.

É de suma importância que o professor compreenda a realidade e as limitações de seus alunos, pois existem crianças que possuem mais facilidades de serem alfabetizadas e outras não, características dependentes da realidade de cada um. Para que o indivíduo adentre na escola sabendo ler e escrever, é essencial que sejam alfabetizados em seus lares com o auxílio dos seus pais, porém outros necessitam da escola para aprenderem, pois existem muitos pais de crianças que não sabem ler. Para Perez (2002, p. 66),

A alfabetização é um processo que, ainda que se inicie formalmente na escola, começa de fato, antes de a criança chegar à escola, através das diversas leituras que vai fazendo do mundo que a cerca, desde o momento em que nasce e, apesar de se consolidar nas quatro primeiras séries, continua pela vida afora. Este processo continua apesar da escola, fora da escola paralelamente à escola.

Existem vários fatores que contribuem e influenciam na alfabetização de uma criança desde situações do cotidiano até as experiências vividas. Segundo Ferreira (1999, p.47), afirma que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”. A alfabetização é um processo contínuo que ocorre tanto dentro como fora da escola.

O profissional da educação e sua relação com a alfabetização

Os ensinamentos variam de acordo com a experiência vivida, os currículos escolares estão incentivando os profissionais da educação a inovarem suas aulas. Segundo Bagno (2007, p.14), “Quem põe seu filho na escola espera que ele cumpra com seu papel mais importante que ao contrário do que muita gente pensa, professor inclusive não é apenas “transmitir conceitos”, mas sim ensinar a aprender”. O ensino e a aprendizagem estão relacionados à criação de possibilidades para alcançar os conhecimentos.

Em algumas circunstâncias, o profissional da educação é responsável pelo sucesso ou o fracasso do processo de alfabetização dos alunos, a partir do momento que os professores não se capacitam, não renovam seus conhecimentos por meio da busca constante de uma formação, por certo, as aulas não atingirão os objetivos traçados.

Até mesmo porque a discussão sobre a função do professor e essa, com certeza vai muito além da lastimável visão de este seja o mero repetidor de teorias, nem tão pouco responsável absoluto pelo aprender. Ainda neste contexto, Demo (1996), cita algumas maneiras de combater o fracasso escolar.

[...] Saber (re) fazer material didático próprio, [...], tendo em vista apresentar propostas motivadoras ante as dificuldades concretas dos alunos em riscos de fracasso; [...] Saber pesquisar saídas sempre mais adequadas para os desafios encontrados, o fracasso dos alunos como problema eminentemente próprio do professor (DEMO 1996, p.58).

O professor é o mediador do conhecimento cabe a ele planejar suas aulas tomando como ponto de partida as dificuldades de seus alunos. Uma aula diferenciada se inicia desde o planejamento, pois nesse momento o educador precisa buscar maneiras de como ensinar e transformar um conteúdo aparentemente “chato” em um conteúdo aplicável ao cotidiano da criança com uma roupagem diferente, e como recompensa, a sua classe irá a partir daquele momento sentir mais desejo de aprender e terá mais entusiasmo.

Fazer uso de métodos e metodologias diferenciadas, no entanto, é um desafio para a maioria dos professores, devido a diversos entraves, dentre eles, situações como a excessiva carga horária e o fato de lecionarem disciplinas que não fazem parte da sua área de formação. Segundo Carvalho (2008, p. 17), o professor para ensinar precisa ter pelo menos o conhecimento básico tanto da teoria quanto da prática, não existe um método capaz de realizar milagres, mas um professor conhecedor dos métodos já será um passo a diante para auxiliar seus alunos no caminho rumo à alfabetização. Ainda segundo Carvalho (2008, p. 46):

Para a professora, seja qual for o método escolhido, o conhecimento das suas bases teóricas é condição essencial, importantíssima, mas não suficiente. A boa aplicação técnica de um método exige prática, tempo e atenção para observar as reações das crianças, registrar os resultados, ver o que acontece no dia-a-dia e procurar soluções para os problemas dos alunos que não acompanham.

O educador irá observar em sua classe qual método mais se adequa a sua turma, e em seguida iniciar o processo de alfabetização de seus alunos. Para Ferreira (2000, p.61), o professor obterá mais sucesso se ele adaptar “[...] seu ponto de vista ao da criança. Uma tarefa que não é fácil”. A prática deve andar em constante parceria com a teoria sempre inovando seus conhecimentos e buscando novas ideias para praticar na sala de aula com os alunos, no qual, será por meio das atividades propostas pelo professor que ajudará os alunos a serem alfabetizados, e desta forma poderão encontrar novas respostas para perguntas relacionadas ao assunto estudado e levantaram questões que encontrarão por si mesmo as respostas para sanar suas dúvidas, como já foi citado anteriormente o professor é somente o mediador, os alunos são os instrumentos.

Crianças são muito animadas e curiosas, o educador pode tomar como ponto de partida a curiosidade de seus alunos para desenvolver a leitura e a escrita, fazer uso de atividades lúdicas e através de poemas, canções, roda de leituras e histórias para desenvolver a prática da leitura e da escrita. Enfim, não existem fórmulas prontas para se alcançar o conhecimento, existe uma busca constante e diferenciada para galgar o aprendizado. Aulas inovadoras requerem preparação e buscas por novas maneiras de ensinar o mesmo conteúdo.

Letramento

Como ponto de partida nesta discussão Soares (2003), no texto “Letramento e Escolarização”, traz uma análise e levanta algumas hipóteses sobre as relações, ainda pouco investigadas, entre letramento e escolarização, com base nos dados do Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF (2001). Já no início do texto, a autora questiona sobre o papel da escola no acesso ao mundo da escrita, destacando-a como a responsável pelos processos de alfabetização e letramento, ou seja, a escolarização.

Segundo a autora, alfabetização e sem dúvidas sobre o conceito, apresenta como o processo de aquisição da ‘tecnologia escrita’, isto é, do “conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita” (SOARES, 2003, p.91). “Já letramento, embora de sentido ainda pouco claro e impreciso, define ao grosso modo, como o desenvolvimento de competências (habilidades, conhecimentos e atitudes) de uso efetivo dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua escrita” (SOARES, 2003 p. 90). Destaca que Alfabetização e Letramento são processos distintos, de natureza essencialmente diferente, mas são interdependentes e mesmo indissociáveis.

Para a autora, há um vínculo natural entre alfabetização e escolarização, o que não acontece com letramento e escolarização, diferente do que acontece entre letramento e alfabetização, em que se tem o letramento como consequência natural da alfabetização. Segundo o texto, a vinculação natural entre alfabetização e escolarização se dá, talvez pelo fato de que a aquisição da tecnologia da escrita tem resultados visíveis e evidentes: ou se tem ou não a posse dessa tecnologia. Assim, cria-se a dicotomia alfabetizado-analfabeto.

Já letramento, visto como “um contínuo não linear, multidimensional, ilimitado, com múltiplos objetivos, condicionadas por e dependentes de múltiplas situações e múltiplos contextos”, não apresenta um ‘produto final’, é sempre um processo, não havendo como determinar em que ponto o iletrado se torna letrado, não havendo, portanto, dicotomia entre estes.

Magda Soares traz uma breve análise sobre a forma de avaliar as habilidades de letramento e o grau de instrução no Brasil. As medidas censitárias estavam voltadas para a alfabetização e letramento relacionadas ao tempo de escolarização. “Assim, o IBGE tem definido índices de analfabetismo funcional considerando analfabetas funcionais, pessoas com menos de quatro anos de escolaridade” (SOARES, 2003, 97). Recentemente, propõe-se avaliar os níveis de letramento em função do grau de instrução em três níveis de letramento, também considerando os anos de escolaridade. Outra proposta é o trajeto inverso, que consiste em partir dos níveis de habilidades de letramento e relacionar esses níveis com os graus de instrução que a eles correspondem.

Soares (2003), apresenta definição e diferenciação de Letramento escolar, habilidades de leitura e de escrita desenvolvidas na e pela escola, de Letramento social, habilidades demandadas pelas práticas de letramento que circulam na sociedade. Traz ainda o que chama de instrumentos para análise do fenômeno do letramento: de um lado, dois modelos de letramento, o modelo autônomo e o modelo ideológico, de outro lado, dois componentes básicos do fenômeno do letramento, os eventos de letramento e as práticas de letramento.

Ainda aprofundando as discussões sobre esse tema, Soares (1999), define gênero a partir da ideia de Bakhtin quando diz que o sujeito ao utilizar-se da língua elabora seus tipos de enunciados e discursos. Nesse entendimento da definição de gênero, Soares (1999) inicia suas reflexões em três esferas: o letramento como Verbete, Texto Didático e Ensaio. No “Letramento como Verbete” a autora remonta a origem da palavra e seu surgimento na área da Educação. Inclusive, para fundamentar sua perspectiva de gênese, Soares (1999) toma como referência a primeira vez que esse termo foi utilizado por Kato, em 1986, quando esta diz que a “origem da língua culta está no letramento”.

Porém, essa perspectiva foi apenas o início, ainda tímido, das considerações e estudos que estavam por vir a respeito da palavra letramento, que, de maneira muito íntima, está associada à outra palavra: alfabetização. De certa forma, outras correlações também são feitas e direcionadas a expressões como analfabeto, alfabetizado, alfabetizar, analfabetismo, etc. Nessa perspectiva, o verbete se posiciona como campo aberto e plural de sentidos, onde as primeiras considerações semânticas já refutam que existem aproximações e distanciamentos entre as expressões letramento e alfabetização, problematizando o campo da Educação e formação de sujeitos, direcionando a objetos de pesquisa que venham a corroborar e dar um novo mote nessas diferenciações, auxiliando de forma significativa a prática docente e a prática escolar.

O termo letramento traz a discussão acerca do saber fazer uso da leitura e da escrita, através das interpretações do mundo a nossa volta. Ser letrado está muito além de ser alfabetizado, pois o letramento requer a capacidade de associação e interpretação da sociedade e da cultura nas quais se está inserido.

Infante (2003) aborda o desafio de uma educação permanente e continuada, que permita ao sujeito “pensar” e se capacitar para se adequar às mudanças no seu cenário profissional. A autora conclui que a capacitação ao longo da vida supõe uma melhora nos níveis educacionais das pessoas, mas salienta que cabe ao Estado o provimento de novas oportunidades, mais flexíveis, porém igualmente exigentes, para que a população possa atingir níveis competitivos na vida profissional. Entretanto, considera que a baixa escolaridade de grande parte da população adulta no Brasil aliados aos custos dos cursos (que geralmente fica a cargo do próprio beneficiário e sua família) dificultam a sua participação em cursos de capacitação.

PROGRAMA DO GOVERNO VOLTADO PARA A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO: PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA – PNAIC

Este programa do governo possui o objetivo de tentar amenizar e também reduzir a quantidade de alunos que passam da idade de ser alfabetizados, e como os educadores e suas práticas educacionais neste processo de formação podem estabelecer relações com a história, os espaços e as demandas sociais que surgem de acordo as diversidades de cada espaço com vistas ao aprimoramento da docência e das aprendizagens.

Contudo, proporcionar às crianças do nosso país a alfabetização e letramento na idade certa se dará através de um pacto no qual todos os atores da sociedade devem caminhar de mãos dadas na construção deste processo educativo para que possamos efetivamente mudar a triste realidade que estatisticamente nos mostram

os dados da ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização, que diz que há Estados em que 40% das crianças do terceiro ano ainda não são alfabetizadas. Este dado está baseado na pesquisa realizada com 2.500 crianças de cerca de 8 anos de idade em novembro de 2014.

Por isso, faz-se necessário que haja cuidados e que seja levado em consideração o princípio trazido pela Pedagogia da Alternância, identificando o trabalho produtivo como princípio de uma formação humanista que articula dialeticamente ensino formal, não formal e as diferentes formas de trabalho.

Assim, para que possamos justificar a necessidade desta pactuação é preciso tornar claras as práticas e as concepções desta proposta e a realidade na qual estamos inseridos, isso porque essa proposta pode significar um caminho para viabilizar a relação entre a alfabetização e o letramento, a partir, do envolvimento escolar e reflexões neste processo tão importante para as vidas dos indivíduos.

O Pacto foi implantado em 5 de julho de 2012, com o objetivo de alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Esse pacto pela educação foi uma iniciativa do governo federal, do distrito federal juntamente com estados e municípios. O propósito do PNAIC segundo o artigo 5º do MEC é assegurar que os alunos da escola pública sejam alfabetizados em matemática e português até ao terceiro ano do ensino fundamental, diminuir o atraso escolar dos alunos e melhorar o desenvolvimento da educação básica, com professores melhor preparados para atuar na alfabetização destes alunos, construindo propostas voltadas para o seu desenvolvimento e aprendizado.

Essas propostas do governo voltadas para a educação se tornam um desafio já que muitas crianças saem do ensino fundamental com grandes dificuldades na leitura e na escrita, podendo ser considerados semianalfabetas. Todo esse atraso relacionado ao aprendizado acaba prejudicando o aluno, pois ele continuará tendo dificuldades nas séries seguintes já que ele não teve uma boa alfabetização. Para que haja possibilidades e se diminua tais dificuldades é necessária a preparação do professor através de treinamentos e materiais pedagógicos.

Contudo, é preciso disponibilizar o acesso aos instrumentos pedagógicos e é importante que o professor, figura central neste processo, saiba utilizá-los, todavia, o PNAIC considera que é preciso assegurar a formação continuada para o trabalho ser desempenhado com competência e entusiasmo. O PNAIC considera que o papel do professor é importante para a sociedade e para o desenvolvimento do conhecimento do mundo, pois é ele quem *favorece* a aprendizagem e “organiza um determinado conhecimento e dispõe de certa maneira de propiciar boas condições de aprendizagem” (SOUZA 2014, p.2).

Segundo o MEC, o Pacto se baseia em quatro princípios centrais que devem nortear o trabalho pedagógico. O primeiro diz que pelo ensino do Sistema de Escrita Alfabética ser complexo, exige método de ensino sistemático e problematizador, ou seja, já sugere aí o estímulo à criticidade da criança, à sua capacidade de problematizar o conhecimento e as informações que lhes são apresentadas, sem deixar de lado a importância da aplicação de método de trabalho consistentes e organizado.

O segundo princípio prevê que as crianças devem ter contato com leitura e produção de textos no início da Educação Básica e que acessem textos de gêneros variados, presentes na sociedade, além de interagirem entre si e com a sociedade

em situações nas quais se reconheçam como personagens “protagonistas de suas próprias histórias” (MEC, 2013), a fim de desenvolverem ao longo de sua jornada escolar e de vida, discernimento para interpretar e discutir os mais variados assuntos de interesse comum.

No terceiro princípio, fica evidente que “conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade” (MEC, 2013), o que corrobora a reflexão referente ao segundo princípio acima quando se refere ao desenvolvimento da criticidade da criança e capacidade de construir mais conhecimento, a partir do que lhes é ofertado.

E por fim, o quarto princípio enfatiza a importância da ludicidade e o cuidado com as crianças como condições básicas nos processos de ensino e aprendizagem; principalmente, na fase da Educação Básica, já que desde a Educação Infantil as crianças vêm de uma realidade escolar envolta em jogos e brincadeiras de cunho pedagógico que são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Desse modo, para o PNAIC, o processo de alfabetização deve ser pautado na formação de cidadãos críticos aptos ao “bom exercício da cidadania” (MEC, 2013), além de se configurar como “uma das prioridades nacionais no contexto atual” (MEC, 2013). E para isso, a figura do “professor alfabetizador” (MEC, 2013) é imprescindível, de modo que este precisa ter consciência do seu papel de agente mediador na formação de cidadãos e da sua prática pedagógica num processo de alfabetização crítica e não um mero “reprodutor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico” (MEC, 2013).

O PNAIC, prevê a formação continuada dos professores alfabetizadores, incluindo cursos presenciais e bolsas de estudo; e também a distribuição de material didático e jogos específicos para o trabalho de alfabetização e sua estrutura gira em torno, basicamente, de quatro eixos de atuação.

O primeiro engloba a formação continuada dos professores alfabetizadores através de cursos presenciais com duração de dois anos, cuja duração total é de 200 horas por ano. Os cursos são realizados pelas universidades públicas nacionais (parceiras do governo federal para a implementação do Pacto), e o material da capacitação foi elaborado pela Universidade de Pernambuco (UPE), juntamente com mais 11 instituições de ensino superior colaboradora.

O segundo eixo está diretamente ligado aos materiais didáticos e pedagógicos utilizados/oferecidos pelo Pacto, tanto para professores quanto para alunos. São materiais como livros, obras complementares, dicionários, jogos de apoio à alfabetização, dentre outros.

No terceiro eixo a temática abordada é a avaliação, ou seja, os processos pelos quais são verificados a eficácia e os resultados do desenvolvimento do Pacto nas escolas. A responsabilidade de avaliar é do governo e dos professores que buscam, além de medir os resultados, identificar falhas e programar as correções e soluções necessárias.

No quarto e último eixo, estão o controle social, a gestão e a mobilização para assegurar às pessoas envolvidas no funcionamento do Pacto, a fiel realização de suas etapas. Para tanto, existe o SisPacto, sistema de monitoramento do Pacto, que está disponibilizado no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC).

O professor como sendo a peça principal do processo de alfabetização, o mediador do conhecimento, precisa estar preparado, disponível para transmitir esse conhecimento para seus alunos e ser cuidadoso na maneira como irá ensinar; as informações repassadas precisam ser claras e de fácil compreensão e o profissional da educação precisa estar atento ao repassar os conteúdos.

[...] o programa de formação continuada do PNAIC elenca concepções conceituais e busca formar um perfil de professor alfabetizador, que terá a intenção de formar determinado perfil de estudante ou de cidadão, que atenderá as demandas da sociabilidade atual (SOUZA 2014, p.3).

O papel da escola ultrapassa as barreiras da alfabetização, pois além de ensinar seus alunos e ler e escrever, ela ainda possui a responsabilidade de preparar este aluno para a sociedade na qual ele está inserido.

Segundo Bagno (2007, p.14), “Quem põe seu filho na escola espera que ela cumpra com seu papel mais importante que – ao contrário do que muita gente pensa, professores inclusive – não é apenas “transmitir conteúdos”, mas sim ensinar a aprender”. O ensino e a aprendizagem estão relacionados à criação de possibilidades para alcançar os conhecimentos.

Para Dewey (2010), a vida é constituída por conhecimentos que requerem instruções. Nas palavras dele:

Existe, sem dúvida, certo decurso de tempo em cada experiência, mas assim as primeiras fases como as últimas do processo educativo têm todas iguais importâncias e todas colaboram para que eu me instrua e me eduque – instrução e educação que não são os resultados externos da experiência, mas a própria experiência reconstruída e reorganizada mentalmente no curso de sua elaboração (DEWEY 2010, p. 38).

Os ensinamentos variam de acordo com a experiência vivida, os currículos escolares estão incentivando os profissionais da educação a inovarem suas aulas fazendo o uso de vários recursos pedagógicos, porém é importante que o professor esteja atento para a forma pela qual a criança desenvolve a sua aprendizagem, algumas possuem mais facilidades, aprendem mais rápido; e outras possuem mais dificuldades e aprendem de maneira mais lenta.

O professor precisa estar atento para as produções de seus alunos. Cada leitura, cada escrita deve ser valorizada, pois de alguma maneira está transmitindo uma informação, no entanto, muitos educadores não levam por este viés, não aceitam essas maneiras de expressão que são tidas como erros de aprendizagem. Ferreiro (1999, p.47), diz que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola e que não termina ao finalizar a escola primária”. A aprendizagem é contínua, pois muitas crianças começam a ser alfabetizadas desde seus lares pelos seus pais e isso facilita bastante seu desenvolvimento escolar, mas cada uma possui uma maneira diferenciada de expressar-se.

Há situações nas quais a alfabetização das crianças tem início com seus pais e é finalizada na escola. Para essas crianças a alfabetização se torna mais rápida, pois elas têm contato com a escrita antes de ir para a escola. E existem crianças que dependerão inteiramente da escola para serem alfabetizadas, pois em algumas

famílias nem mesmo os pais sabem ler e escrever e não tem condições de oferecer orientação prévia aos seus filhos. Segundo os PCNs:

É sabido que a aprendizagem de valores e atitudes é de natureza complexa e pouco explorada do ponto de vista pedagógico. Muitas pesquisas apontam para a importância da informação como fator de transformação de valores e atitudes; sem dúvida, a informação é necessária, mas não é suficiente. Para a aprendizagem de atitudes é necessária uma prática constante, coerente e sistemática, em que valores e atitudes almejados sejam expressos no relacionamento entre as pessoas e na escolha dos assuntos a serem tratados. Além das questões de ordem emocional, tem relevância no aprendizado dos conteúdos atitudinais o fato de cada aluno pertencer a um grupo social, com seus próprios valores e atitudes (PCN 1997, p.53).

O objetivo da escola é proporcionar aos seus alunos a busca pelo conhecimento, levando em consideração os valores e a realidade em que cada um vive, afinal, cada criança possui suas particularidades. Algumas convivem em ambientes que facilitam seu aprendizado, no entanto, há outras com realidades distintas. Para a criança que possui mais dificuldades e tenha mais sucesso em sua alfabetização a escola deve procurar conhecer as realidades de cada uma, respeitando-as e auxiliando na medida do possível para que tenham uma alfabetização que se adeque às suas necessidades; as crianças precisam se sentir acolhidas para que possam ficar a vontade para aprender. Além de ensinar a escola precisa priorizar os valores que cada indivíduo possui independentemente de onde vem e de sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, a partir da reflexão e de alguns questionamentos acerca da alfabetização e do letramento, com: Como reduzir o grande número de alunos que mal conseguem ler e escrever seu próprio nome? Se estes alunos tivessem uma educação de melhor qualidade, com professores mais preparados, será que se reduziria o grande número de semianalfabetos no Brasil? Como nós, educadores, podemos contribuir para a mudança positiva na construção do conhecimento das crianças das nossas escolas? Tais questionamentos nos inquietam a partir das nossas reflexões sobre as necessidades nas quais nossas escolas e crianças se encontram e como podemos driblar as crises e proporcionar a elas o direito da alfabetização e letramento.

A partir desta constatação podemos dizer que a alfabetização, por ser o alicerce de todo o processo de aprendizagem, ao longo do seu processo histórico enfrenta entraves, e se esta não acontece, estaremos comprometendo todos os caminhos na construção do ensino e aprendizagem do qual cada cidadão tem direito.

Contudo, é muito importante tentar técnicas diferentes, inovar, buscar na criatividade construir espaços e métodos de ensino que integrados a outros componentes curriculares e de acordo com as realidades dos alunos, possam apresentar aos estudantes as oportunidades de construir seus saberes de forma crítica, respeitando cada fase de suas vidas para além da alfabetização, pois esta deve ser continuada e propor um letramento preocupado com a função social do ler e escrever, ou seja, com a criticidade implícita nesse processo e que deve ser levada para todas as instâncias do aprendizado e da vida de cada pessoa.

Dessa forma, podemos dizer que se faz necessário que as escolas introduzem os alunos nas práticas sociais da leitura e escrita, fortalecendo a proposta de que para além do desenvolvimento da codificação e decodificação estaremos estimulando as crianças às oportunidades de ter acesso e aprender a leitura e a escrita dos diversos gêneros textuais para que aprendam a diferenciá-los e a perceber a funcionalidade de cada. Assim, estaremos exercendo nosso papel de educador no processo de alfabetização e letramento, além, de estarmos contribuindo para a prática do PNAIC.

O PNAIC pauta-se nas ideias construtivistas e compreende o processo de alfabetização associado ao letramento. Assim, o processo de alfabetização é uma construção interativa que obterá êxito quando o aluno compreender a lógica de representação que sustenta a língua escrita. Afastando as ideias de que alfabetizar é um processo de codificar e decodificar símbolos.

Desse modo, essa revisão bibliográfica é muito valiosa para professores e pedagogos que já atuam ou que desejam ingressar na área da educação, seja qual for o segmento no qual se proponham trabalhar, pois traz o embasamento necessário para a introdução de conhecimento acerca da alfabetização e do letramento, que são as bases principais da jornada educacional de qualquer pessoa; além de abordar sobre a grande responsabilidade e o importante papel do professor na fase inicial da jornada da alfabetização e do letramento.

Aqui é possível conhecer as vertentes desses dois termos: alfabetização e letramento, bem como compreender a importância de ambos no âmbito do desenvolvimento escolar, enquanto alicerces desse desenvolvimento. Além, de configurar como um despertador e aguçador da curiosidade acerca de tema tão rico e pertinente dentro do cenário educacional e também sociocultural brasileiro.

Sendo assim, a pesquisa não se encerra aqui, há muito ainda a se explorar. Essa discussão requer estudo aprofundado sobre diferentes perspectivas a fim de ampliar conhecimentos sobre desafios e possibilidades da correlação: Alfabetização e Letramento.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **Pesquisa na escola o que é como se faz**. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BRASIL. **Entendendo o Pacto**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>. Acesso em: 15 de março de 2017.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. MEC, SEF, 1997.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu: Pensamento e Ação no Magistério**. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 1998.
- CARVALHO, M. **Alfabetizar e Letrar: Um Diálogo entre a Teoria e a Prática**. 5. Ed. Rio de Janeiro Vozes, 2008.
- DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas - São Paulo: Autores Associados, 1996.
- EPOCA. <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/09/cerca-de-22-dos-estudantes-terminam-o-3-ano-sem-saber-ler.html>>. Acesso em: 13 de março de 2017.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. 3ª edição. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1985.
- FERREIRO, E. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.
- FERREIRO, E. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999. 102p v.2.
- FERREIRO, E. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000. 104p.

FILHO, J. C. S.; GAMBOA, S. S. (Orgs.). **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

INFANTE, I. Educação e capacitação permanente. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003. (p. 115-121)

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, M. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003. (p. 89-113)

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SOUZA, E. E. P. **A FORMAÇÃO NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014;

WESTBROOK, R. B.; TEIXEIRA, A. **JOHN DEWEY**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.